

ENSINO DE HISTÓRIA NOS TEMPOS ATUAIS DE INSTABILIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

HISTORY TEACHING IN CURRENT TIMES OF POLITICAL AND ECONOMIC INSTABILITY IN BRAZIL: A CASE STUDY IN THE
FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF GOIÁS

Mariana Affonso Penna*
mariana.penna@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados provenientes de trabalho de iniciação científica em História, desenvolvido no Ensino Médio. Partindo da reflexão acerca do ensino de história no Brasil dos dias atuais – suas principais tendências, limites, disputas e desafios – consistiu no levantamento e na organização de dados quantitativos e qualitativos no interior do campus Goiânia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, precedido pelo levantamento e análise de material jornalístico e de legislação concernentes ao ensino de história, em específico, e de humanidades em geral. Esta pesquisa buscou refletir sobre a percepção que docentes e discentes desta instituição possuem sobre a importância e significados do ensino de história para a formação profissional e cidadã. Para isso, comparamos e analisamos as percepções apresentadas frente às importantes polêmicas e mudanças da atual conjuntura, pautadas pela grande mídia e expressas em alterações das legislações educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Educação, Política.

ABSTRACT: This paper presents the results of a scientific initiation work in History, developed in High School. Reflecting upon the teaching of history in Brazil nowadays - its main trends, limits, disputes and challenges – it consisted on surveying and organizing quantitative and qualitative data inside the Goiânia campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás, preceded by the survey and analysis of journalistic material and legislation concerning the teaching of history, in particular, and the humanities in general. This research also sought to reflect on the perception that teachers and students of this institution have about the importance and meanings attributed to History teaching in order to develop citizenship through education. To do so it was necessary to compare and analyze their perception relating them to the political environment identified through the mainstream media information and manifested in amendments to the educational laws.

KEYWORDS: History Teaching, Education, Politics.

1. *Apresentação*

Este artigo traz os resultados de um projeto de iniciação à pesquisa em História, voltado para o Ensino Médio, desenvolvido entre agosto de 2018 e julho de 2019. Foi motivado pela necessidade de refletir acerca do ensino de história no Brasil nos dias atuais – suas principais tendências, limites, disputas e desafios – tomando, como ponto de partida, nossa instituição e nosso campus.

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2016), com período sanduíche em École des Hautes Études en Sciences Sociales (2014). Atualmente é professora da Licenciatura em História, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e supervisora do Laboratório de Ensino de História (LEHIS) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

O projeto foi submetido e aprovado na seleção de estudantes dos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), candidatos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), edital nº 009/2018, mediante convênio firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Federal de Goiás. De autoria e coordenado por Mariana Affonso Penna, professora de História do Técnico Integrado ao Ensino Médio e da Licenciatura em História no Campus Goiânia, o projeto intitulado “O Ensino de História nos tempos atuais de instabilidade política e econômica no Brasil” previa a participação de duas estudantes, porém, em função da evasão de uma delas, o trabalho foi executado apenas por Sarah Eduarda Machado Oliveira, estudante do curso Técnico Integrado em Telecomunicações. A pesquisa contou com financiamento do CNPq, através da concessão de bolsa de iniciação científica à estudante e teve sua execução efetivada no período de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019, tal como previsto pelo edital ao qual o projeto foi submetido.

Consistiu no levantamento e na organização de dados quantitativos e qualitativos no interior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), campus Goiânia; no levantamento e organização de material jornalístico concernente ao ensino de história, em específico, e de humanidades em geral; no levantamento da legislação recente relacionada ao ensino de história; seguidos de análise e reflexão acerca do material produzido ou consultado. Temas como a atual Reforma do Ensino Médio e possíveis supressões ou redução de carga horária de disciplinas na área de humanidades, acusações contra professores provenientes de grupos que defendem projetos como o “Escola sem partido”, o congelamento de investimentos federais em educação por mais de 20 anos, dentre outras mudanças oriundas do período de instabilidade política atual, são todos elementos que afetam, pautam e influenciam diretamente os rumos do ensino de história e humanidades no país em geral, e nossa realidade local, em específico. Esta pesquisa de iniciação científica buscou refletir sobre a percepção que discentes e docentes no campus Goiânia do IFG possuem sobre a importância e significados do ensino de história para a formação profissional e cidadã e compará-la, analisá-la à luz destes grandes temas que envolvem sua implementação, pautados pela grande mídia, e nas transformações manifestas nas alterações das legislações.

2. *Ação Política e História são inseparáveis*

Como historiadoras/es sabemos que a busca pelo passado serve ao presente, para explicá-lo, reafirmá-lo ou modificá-lo. Dessa maneira, o passado é selecionado e analisado conforme distintos interesses sociais. É por isso que a história possui um caráter bastante pragmático e seus usos não são neutros. Em geral, relembram-se os tempos remotos visando as ações presentes, seja para reafirmar, ou para contestar o estado de coisas do momento em que se vive. Nunca se apela ao passado inutilmente.

Para Hobsbawm o sentido tradicional do passado é o de servir de “padrão ou modelo para o presente, depósito e repositório de experiência, sabedoria e preceito moral” (HOBSBAWM, 2013, pp. 49-51). Assim sendo, a sua função tradicional seria a de manutenção e preservação das relações sociais, mas adverte o historiador inglês que esta não seria sua única função.

Jean Chesneaux em seu polêmico livro *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os historiadores* destaca que a história pode servir não somente para legitimar e dar sentido às continuidades, mas também operar como um instrumento de transformação social e política:

Se o presente tem primazia sobre o passado é porque apenas o presente impõe e permite mudar o mundo. Retorna-se à originalidade fundamental de Marx: é o adulto que permite compreender a criança; e o homem o macaco – porque são o adulto e o homem que possuem controle sobre seu futuro (CHESNEAUX, 1995, p.62).

Com esta afirmação depreendemos que não é apenas através do presente, enquanto “forma superior”, que o passado pode ser compreendido – o que exige do historiador a inversão da relação passado-presente –, como também é desta maneira que se pode efetivar transformações sociais.

A busca pelo passado no presente manifesta na elaboração e registro da memória e da escrita da história tem função bastante pragmática uma vez que serve tanto para legitimar elementos da realidade atualmente vivida (ou aspectos dela) e assim reforçá-los, como também para compreender esta mesma realidade e a partir daí modificar aquilo que porventura seja entendido como um problema. Esta última função da história, como ferramenta para a prática social transformadora, traz toda uma problemática para a produção acadêmica na área de História e para seu exercício como disciplina escolar. Tal característica,

se por um lado revela o próprio espírito e sentido da História, por outro nos parece ser o elemento fundamental que a vulnerabiliza em contextos de instabilidade política e econômica, especialmente quando estes se desdobram numa escalada de propostas e ações de cunho autoritário.

3. A escalada autoritária no Brasil e o Ensino de História

Este parece ser o momento em que vivemos no Brasil atualmente, identificado por muitas/os pesquisadoras/es ora em termos de uma crescente reação conservadora, ora em termos de uma polarização política motivada pela crise econômica e seus desdobramentos políticos. A coordenadora do Centro de Estudos das Metrópoles, Marta Arretche, aponta em entrevista acerca de coletânea por ela organizada, *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos* (ARRETCHÉ, 2015), que é possível considerar a hipótese de que a melhoria nas condições de renda proveniente do período democrático brasileiro poderia representar um dos fatores centrais para o crescimento da “onda conservadora”:

Este é, provavelmente, um conflito típico de sociedades muito desiguais que começam a mudar – sociedades nas quais os cidadãos não podem contar com serviços públicos. Uma das bases da estabilidade no Brasil era o fato de os menos pobres se assegurarem um relativo bem-estar pagando salários muito baixos para os mais pobres. À medida que o salário desses trabalhadores menos qualificados começou a crescer, por força da lei, os integrantes dos estratos intermediários se sentiram prejudicados. Esta perversidade, característica de sociedades muito desiguais, é um grande desafio para a democracia.¹

Como exemplo, ela cita a legislação que regulou e reduziu as discrepâncias de direitos para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, assim como as reações por ela geradas. Mas esta é uma em meio a várias hipóteses para explicar o fenômeno que cada vez mais parece de observação consensual. Independentemente da explicação para o reacionarismo do período atualmente vivido, uma coisa é certa: é também um fenômeno facilmente observável os seus desdobramentos sobre o ensino de história, em específico, e de outras disciplinas na área de humanidades de maneira mais geral.

¹ Entrevista concedida a José Tadeu Arantes publicada na matéria: “Melhoria na distribuição da renda pode ter provocado reação conservadora”. Agência FAPESP. Disponível em: http://agencia.fapesp.br/melhoria_na_distribuicao_da_renda_pode_ter_provocado_reacao_conservadora/27565/ Acesso em 07 de novembro de 2019.

Percebe-se este avanço reacionário através de ações institucionais como é o caso das mudanças presentes na Reforma para o Ensino Médio. Por trás de uma promessa de diversificação e modernização do currículo escolar, percebemos as incongruências entre o que é prometido e o que se é possível implementar como política pública educacional, uma vez que a mesma é acompanhada de corte de investimento em educação levando à precarização e, na prática, a uma redução da propagandeada “liberdade de escolha”.

Há ainda ações mais extremas provenientes de grupos cada vez mais organizados na sociedade civil e com respaldo institucional em mandatos reacionários. Observamos a perseguição e tentativa de exercer a censura a professores de humanidades considerados de esquerda ou mesmo professores de ciências naturais – caso da reação de movimentos religiosos contra o ensino de educação sexual nas escolas, a aprendizagem acerca da diversidade cultural e religiosa presente na sociedade ou mesmo contra o ensino das teorias sobre a origem da vida terrestre e da humanidade, consideradas contrárias às crenças e aos dogmas religiosos destes grupos. Inclusive, em novembro de 2019 chegou a ser anunciada a criação de um canal para denúncia e perseguição a professores que atentem “contra a moral, a religião e a ética da família” – a ser em breve colocado em funcionamento².

4. *Panorama sucinto sobre as transformações do Ensino de História no Brasil*

A primeira etapa desta Pesquisa de Iniciação à Pesquisa Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM) compreendeu uma série de leituras que nos possibilitaram traçar um panorama sobre a trajetória do ensino de história no Brasil. Percebemos, nestes estudos, como diferentes conjunturas exerceram influência nos rumos da historiografia e do ensino de história. O objetivo era, com isso, considerando o processo histórico e partindo do geral ao específico, ter elementos para conseguir melhor compreender nossa realidade local.

Começamos pelo século XIX, o qual, de acordo com Circe Bittencourt, teve como tendência a preocupação com uma educação voltada para a formação de uma identidade para o novo Estado Nação. Em decorrência, neste contexto observamos uma produção marcada pela temática da pátria, da moral e do civismo, característica que se aprofundou no final do XIX e permaneceu em grande medida no início do século seguinte. Bittencourt observa ainda,

² “Damares cria canal para denunciar professores ‘contra a família’”, Exame, Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/damares-cria-canal-para-denunciar-professores-que-va-contra-a-familia/> Acesso 21 de novembro de 2019.

como tendência do período, a maior difusão de uma “História Sagrada” do que da história “profana”. Era uma história de caráter biográfico sobre santos e personagens ligados à religiosidade católica. Já a “história profana” – que mais se aproxima da lógica da ciência histórica – era basicamente uma história feita para a elite até o fim do XIX. O currículo humanístico era desprovido de sentido utilitário, seu sentido era o de atribuir marca de pertença a uma suposta elite por via da inculcação de uma erudição estéril. Em termos metodológicos, observa-se a valorização da memorização e de criação de métodos para ampliar esta capacidade como propostos por Ernest Lavissee (BITTENCOURT, 2011, p. 60-65).

No fim do XIX, num contexto de aprofundamento dos processos oriundos da Revolução Industrial, ocorreu uma crítica ao conteúdo humanístico orientada por uma valorização das ciências da natureza. Conforme observou André Chervel, houve uma tendência a aproximar as ciências humanas das ciências da natureza – Humanidades científicas. Por outro lado, identifica-se no período as primeiras críticas aos métodos mnemônicos. Lavissee. Montessori é um dos que elabora essa crítica. Propõe a memorização consciente no lugar de uma memorização mecânica (CHERVEL, 1990).

Como observa Circe Bittencourt, até a década de 1930, a história estava focada na valorização da Europa como berço da nação, mas não havia propriamente preocupação específica com a história do Brasil. É apenas nos anos 1930 que observamos a busca pela consolidação da memória nacional através da busca da “brasilidade”, do culto a heróis da pátria e da obrigatoriedade da História do Brasil. A lei 4244 de 1942, elaborada por Gustavo Capanema e imposta durante o Estado Novo, instituiu o estudo da história do Brasil contemporâneo e a História da América como parte essencial do currículo escolar.

No período democrático que se segue à queda do Estado Novo (década de 1950 e início da década de 1960), observa-se um processo de institucionalização do ensino de história, que aos poucos se consolidava nas universidades. Naquele contexto, percebe-se um maior protagonismo de professores formados em cursos propriamente de História e preocupados com a formação de cidadãos políticos. Paralelamente, há nos anos 1950, num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, a proposta de criação de um “currículo científico” motivada pelo novo status dado às ciências exatas. Percebe-se um discurso de neutralidade e a preocupação com as técnicas e não em aperfeiçoar o conteúdo, conforme

observa Bittencourt a respeito das propostas de Amélia Americano (BITTENCOURT, 2011, p. 82-91).

Conforme apontam tanto Circe Bittencourt como Maria Auxiliadora Schimidt e Katia Abud (2018), após o golpe militar e a instauração da ditadura, que durou entre 1964 e 1985, tivemos um esvaziamento do ensino de História na educação básica. No ensino fundamental, entre a 1ª e 4ª série havia algo chamado Integração Social, que misturava um pouco de tudo, de História a noções de higiene. Entre a 5ª e a 8ª série vinham os Estudos Sociais, uma mistura de história e geografia que trazia noções aligeiradas sobre os temas e era submetida a constantes censuras (assim como as/os próprias/os professoras/es). O 2º grau, correspondente ao atual Ensino Médio, era pouco expressivo na rede pública, havendo mais cursos particulares. Contava com história no currículo, mas apenas em um ano e com duas horas de aula por semana.

Na década de 1980, com o processo de redemocratização, História e Geografia voltaram a ser parte do currículo escolar como disciplinas independentes. Este período foi marcado pela ideia da “pedagogia dos conteúdos” que partia do pressuposto de que para democratizar o ensino, seria necessário ampliar o conteúdo de forma a nivelar a educação pública com as escolas da elite. Tal proposta foi criticada pela perspectiva freiriana de educação popular para a qual a quantidade não define a qualidade e os conteúdos precisariam ser significativos para aqueles sujeitos, expressar suas visões de mundo e valorizar suas experiências (BITTENCOURT, 2011, p. 99-105).

Tais divergências sobre os conteúdos escolares ainda permeiam o cotidiano escolar tanto na prática educativa (currículo real) como implicitamente nas formulações dos currículos oficiais. De qualquer forma, as mudanças nos padrões do capitalismo desde a década de 1970 levaram a um movimento internacional de mudanças nos sistemas de ensino. Valoriza-se a formação de indivíduos polivalentes, capazes de desenvolver trabalhos em grupos e até mesmo de transgredir algumas regras e saberes:

Os novos modelos de produção industrial, sua dependência das mudanças de ritmo nas modas e necessidades preferidas pelos consumidores e consumidoras, as estratégias de competitividade e de melhora da qualidade nas empresas exigem das instituições escolares compromissos para formar pessoas com conhecimentos, destrezas, procedimentos e valores de acordo com esta nova filosofia econômica SANTOMÉ, 1998, p. 20).

5. *O Ensino de história nos dias atuais*

Aprovada em 2017, a lei 13.415, que institui a chamada “Reforma do Ensino Médio”, foi intensivamente propagandeada nos meios de comunicação e propagandas de governo como uma inovação. No entanto, é alvo de muitas críticas por parte de professores e pesquisadores. Dentre as críticas, aponta-se para uma tendência a fortalecer a divisão entre uma formação técnica e uma formação intelectual. Outro problema diz respeito ao descompasso entre uma medida que amplia a necessidade de investimento na educação pública devido ao estabelecimento do ensino em período integral e as medidas adotadas pelo governo federal de contenção de gastos expressas no estabelecimento de tetos cada vez menores para as despesas na área educacional. Neste sentido, fica evidente a impossibilidade de implantação da “parte diversificada” do currículo na imensa maioria das escolas públicas, o que torna a “liberdade de escolha” pelos discentes uma farsa. Outra característica é mais uma vez a tendência ao esvaziamento do ensino de história e humanidades disfarçado numa proposta de suposta maior diversificação.

Portanto, as mudanças políticas e econômicas recentes revelam um contexto de mudanças aceleradas desde o golpe institucional de 2016. Num contexto de constante transformações, ainda é difícil avaliar os efeitos que as transformações na legislação educacional provocarão na educação como um todo e no lugar e papel ocupado pelas disciplinas na área de humanidades e pela História em específico. A construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual a lei 13.415 faz referência, passou por duas elaborações, tendo a primeira contado com participação pela internet de cidadãos e de professores e formulada por uma rede de especialistas indicados pelo Ministério da Educação. Já a segunda BNCC foi uma reformulação que ocorreu sem consulta. Somente com o estudo atento e pormenorizado deste material será viável analisar os possíveis efeitos dessa nova legislação. Uma coisa, porém, é certa, ela não está desvinculada de uma série de outras reformas em via de implementação no Brasil atualmente.

6. *Os primeiros passos do estudo de caso*

Marieta Ferreira e Renato Franco, ao refletirem sobre o ensino de história apontam que mais do que apresentar uma história crítica, a função essencial do/a professor/a é estimular e desenvolver a capacidade de análise e crítica histórica em meio aos discentes. Em outras palavras, é preciso tomá-los como sujeitos do próprio conhecimento (FERREIRA &

FRANCO, 2008, p. 79-93). Foi este princípio que orientou o desenvolvimento da pesquisa, a qual se pautou simultaneamente pela necessidade de investigar um tema socialmente relevante e pelo imperativo de promover a iniciação científica da estudante de ensino médio que integrou o projeto. Neste sentido, as reuniões de orientação e as leituras de nivelamento buscaram permitir à discente desenvolver a capacidade crítica e a autonomia necessárias para desenvolver suas atividades de pesquisa. Por se tratar de uma aluna de ensino médio, e, portanto, não familiarizada com o linguajar acadêmico, semanalmente realizávamos conjuntamente as leituras sobre a trajetória do ensino de história no Brasil e sobre a estreita relação entre política e usos sociais do passado. As atividades de estudos se deram entre setembro de 2018 e abril de 2019.

Conforme informado na apresentação deste artigo, a princípio a pesquisa seria realizada com a participação de duas estudantes do Ensino Médio. No entanto, uma das estudantes evadiu a instituição, o que implicou na redução da abrangência da investigação, comprometendo, em certa medida, os objetivos iniciais deste trabalho, conforme discorreremos mais adiante.

Mas, apesar dos percalços, a investigação seguiu com diferentes frentes de atuação. Uma delas se deu através do levantamento e da organização de documentos, principalmente jornais impressos e online que tratavam das principais mudanças que afetam o ensino de história e humanidades no país. Temas como a atual Reforma do Ensino Médio e a supressão ou redução de carga horária de disciplinas na área de humanidades, acusações contra professores provenientes de grupos que defendem projetos como o “Escola sem partido”, o congelamento de investimentos federais em educação por mais de 20 anos, dentre outras mudanças oriundas do período de instabilidade política atual, são todos elementos que afetam, pautam e influenciam diretamente os rumos do ensino de história e humanidades e que são objeto de matérias jornalísticas publicadas nos grandes veículos midiáticos.

Optamos, para manter a viabilidade do trabalho e o cronograma previsto, por fazer um recorte, selecionando jornais da grande mídia em formato eletrônico³, o sítio eletrônico da campanha “Escola sem partido”⁴ o sítio eletrônico da Associação Nova Escola⁵ e

³ Priorizamos os sítios jornalísticos online: G1, Folha de São Paulo, Estadão e Veja.

⁴ Disponível em: <http://escolasempartido.org/> Acesso em 30 de maio de 2020.

⁵ Disponível em: <https://novaescola.org.br/> Acesso em 30 de maio de 2020.

ocasionalmente alguns blogs e sites de opinião. Esta escolha por fontes virtuais não foi fortuita. Primeiramente que “a presença da Internet no trabalho do pesquisador em história cresce como bola de neve e não é possível evitá-la” (TAVARES, 2012, p. 313) e, além disso, é o principal meio pelo qual a juventude acessa informações sobre as temáticas estudadas.

Desenvolvemos uma breve reflexão teórico metodológica sobre os usos de fontes digitais, conforme propõe Célia Cristina da Silva Tavares em “Novos Domínios da História” de forma a atentar tanto para os riscos como para as potencialidades das mesmas, assim como para a forma como se dá a leitura e a recepção pelo público. Se por um lado, “o historiador tem acesso a uma quantidade quase infinita de informações”, por outro há o “aspecto negativo, presente na difusão de conteúdos inverídicos, por vezes apresentados com aparência de verdade” (TAVARES, 2012, p. 308). As inverdades, porém, não são descartáveis por si, mas uma vez identificadas como tal, podem ser tratadas como objeto de estudos que permitem identificar intencionalidades e possíveis usos políticos.

Paralelamente aos estudos semanais, analisamos este material entre novembro de 2018 e março de 2019 e refletimos acerca dos possíveis impactos que eles exercem tanto na opinião pública em geral como no cotidiano escolar, em específico. A partir daí, seguiu-se a outra frente de trabalho que consistiu na elaboração de questionários, no mês de dezembro de 2018, pensados à luz das questões suscitadas na primeira fase da pesquisa. Estes questionários foram aplicados junto ao corpo docente e discente do Campus Goiânia e tiveram por objetivo identificar a percepção atribuída por esta parcela da comunidade acadêmica acerca da importância do ensino de história, de sua prática, e como estas dialogam com as transformações e projetos de sociedade no Brasil de nossos dias. Consistiu no levantamento e na organização de dados quantitativos e qualitativos que ajudaram a compreender o lugar e o papel da História no interior do campus Goiânia, o maior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Os questionários, voltados tanto para o corpo discente como docente tiveram perguntas distintas, mas com objetivos semelhantes, adaptadas às diferentes posições ocupadas no interior da instituição, conforme veremos nas próximas sessões deste artigo.

7. Resultados

7.1. A relação do corpo discente com a História

Iniciamos a pesquisa focando no corpo discente. Como originalmente o projeto contava com duas bolsistas, a intenção era que uma delas se dedicasse às fontes jornalísticas e ao levantamento de dados quantitativos e qualitativos junto ao corpo discente enquanto a outra se dedicaria aos estudos de legislação e levantamento de dados junto ao corpo docente. A saída de uma das bolsistas, antes mesmo de ser iniciado o projeto, gerou certa sobrecarga e, conseqüentemente, a necessidade de reduzir a esfera de abrangência do mesmo. A princípio, os questionários seriam aplicados a todas/os as/os estudantes do Técnico Integrado ao Ensino Médio em nosso campus, excluída apenas a modalidade EJA, o que significaria a aplicação em todas as turmas dos sete cursos em funcionamento (Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Instrumento Musical, Mineração e Telecomunicações), do primeiro ao quarto ano, ofertados no turno da manhã.

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha⁶, em 2018 tivemos 923 estudantes matriculados nos referidos cursos do Campus Goiânia. Destes discentes, 583 estavam com o curso em andamento, 236 eram concluintes e 104 evadidos. 98,92% dos estudantes se definiram em termos étnico raciais da seguinte forma: Pardos, 422 (46,22%); Brancos, 377 (41,29%); Pretos, 94 (10,3%) e Amarelos, 19 (2,08%). A renda familiar per capita em salários mínimos, associada à distribuição por cor/raça foi declarada por 74,76% dos estudantes e segue a seguinte distribuição percentual:

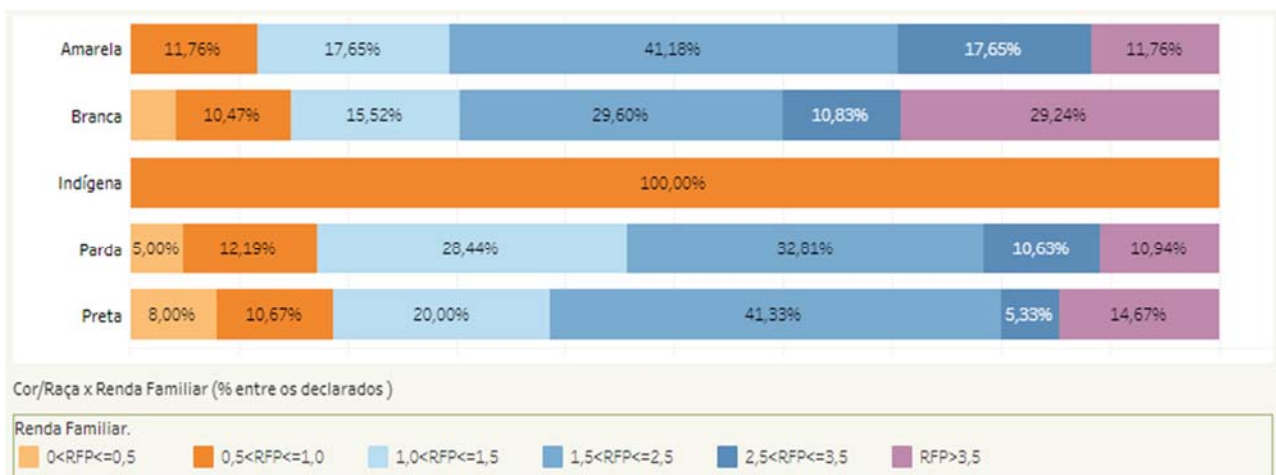


Figura 1: Distribuição da renda familiar per capita dos estudantes conforme cor/raça. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, PNP 2019, ano base 2018.

⁶ Plataforma de acesso a todas as informações institucionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html> Acesso em 30 de maio de 2020.

Já a distribuição do corpo discente em relação ao sexo e idade segue a proporção da tabela a seguir:

Sexo	Total	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	Maior de 60 anos
Feminino	400	1	356	41	2					
Masculino	523	1	423	78	12	1	2	4	1	1
Total	923	2	779	119	14	1	2	4	1	1

Figura 2: Distribuição dos estudantes do Técnico Integrado ao Ensino Médio do campus Goiânia do IFG conforme sexo e idade. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, PNP 2019, ano base 2018.

Conforme depreende-se dos dados apresentados e disponíveis na plataforma, a maioria dos estudantes do Técnico Integrado ao Ensino Médio do campus Goiânia são jovens entre 15 e 19 anos, com certa preponderância do público masculino, afrodescendentes (56,52%, somados os pardos e negros) e pertencentes preponderantemente às classes C, D e E⁷.

Frente às dificuldades encontradas com a saída de uma das bolsistas, optamos por manter a pesquisa nos sete cursos técnicos integrados, mas selecionamos aplicar as perguntas apenas às turmas de primeiro ano e nas que estavam concluindo o terceiro ano do Ensino Médio. O motivo para essa escolha foi a compreensão de que seria importante analisar possíveis diferenças de percepção entre aqueles alunos que acabavam de iniciar sua trajetória na instituição e aqueles que estavam encerrando o último ano em que a disciplina de história faz parte da grade curricular. Considerando que a participação era voluntária e anônima, obtivemos as respostas de 294 estudantes, que responderam ao formulário impresso, equivalendo a aproximadamente um terço do total dos matriculados. Valorizamos o anonimato e destacamos este caráter visando permitir maior liberdade de expressão nas respostas.

As perguntas iniciais buscavam identificar se os alunos eram egressos da rede pública ou privada (no Ensino Fundamental) e sexo/gênero, a fim de cruzar informações posteriormente. A seguir, as perguntas buscavam perceber o nível de importância atribuída à História como disciplina escolar, o apoio ou discordância em relação à retirada da obrigatoriedade da disciplina do currículo do Ensino Médio, o apoio ou discordância com

⁷ A referência de faixa de renda seguem os critérios adotados pela FGV, disponível em: <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes> Acesso em 30 de maio de 2020.

relação à discussão de temáticas consideradas polêmicas ou tabus em sala de aula e, por fim, avaliar se há ou não um reconhecimento quanto à autoridade do profissional de história no exercício de sua função.

Nossa hipótese inicial era de que um número expressivo de estudantes reproduziria alguns dos valores conservadores ou mesmo reacionários expressos no avanço do pensamento e práticas autoritárias no Brasil dos últimos anos. Cogitávamos se especialmente alguns alunos recém ingressos seriam favoráveis à não obrigatoriedade do Ensino de História no Ensino Médio; a que determinados temas como religião, sexualidade e política não fossem abordados em sala de aula e considerassem que professores de história não seriam necessariamente mais gabaritados para analisar os processos de transformação das sociedades humanas no passar do tempo – algo que poderia ser função de um eloquente youtuber, por exemplo.

Ao contrário, observamos que tanto os recém ingressos como aqueles que estavam concluindo o terceiro ano do Ensino Médio demonstravam um grande apreço pela disciplina, com a imensa maioria reconhecendo a importância dos conhecimentos na área de História como fundamentais à sua formação. Foi possível identificar uma ligeira ampliação da valorização dessa disciplina nos terceiros anos. Isto ficou perceptível nos cursos de Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica e Instrumento Musical. Nas turmas de terceiro ano, todos os estudantes destes cursos consideraram a disciplina história importante para sua formação. Nos primeiros anos dos respectivos cursos variava em torno de 85% a 95% aqueles que compartilhavam dessa percepção.

No entanto, quando apresentada a pergunta que dizia respeito à possibilidade de que a História não fosse uma disciplina obrigatória no Ensino Médio, mas sim optativa, tivemos um resultado um pouco diferente. A questão foi formulada da seguinte maneira “Você concordaria se a disciplina de história fosse optativa no Ensino Médio?”. A esta questão chegamos a um total de 22,8% favoráveis a esta medida no somatório de todos os primeiros anos, e de 21,8% nas turmas de terceiro ano. Ainda assim, a maioria se manifestou contrária ao fim da obrigatoriedade da disciplina – 76% e 74,5% respectivamente. Um número bastante expressivo. Dentre as justificativas favoráveis à transformação da História em disciplina optativa, encontramos desde o excesso de disciplinas que sobrecarregariam o currículo ao pouco interesse em função da carreira escolhida. Já dentre os que são contrários ao fim da

obrigatoriedade, destaca-se a indispensabilidade da História para uma formação cidadã, para a consciência crítica e como auxiliar na articulação com outras disciplinas do currículo.



Figura 3: Percentagem de opiniões sobre tornar a disciplina história optativa. Gráfico elaborado por Sarah Eduarda Machado Oliveira.

A pergunta seguinte teve por objetivo perceber se há ou não apoio à censura da liberdade de cátedra em meio ao corpo docente da instituição. Considerando o volumoso número de matérias que levantamos nos veículos de imprensa, cogitávamos que muitos estudantes, especialmente os dos primeiros anos, seriam contrários a que determinados temas fossem trabalhados em sala de aula. No entanto, à questão “Você acha que temas polêmicos como sexualidade, religião e política podem ser tratados em sala de aula?”, 79,9% dos estudantes dos primeiros anos e 80% dos estudantes do 3º ano foram favoráveis. Destacaram a necessidade e a importância de refletir criticamente estes temas e o papel fundamental da escola nesta tarefa socialmente relevante. Dentre os que foram contrários, observamos a preocupação tipicamente elencada no discurso conservador quanto a possíveis críticas aos valores religiosos e familiares desses estudantes, o que os deixariam desconfortáveis ao se sentirem minoritários.

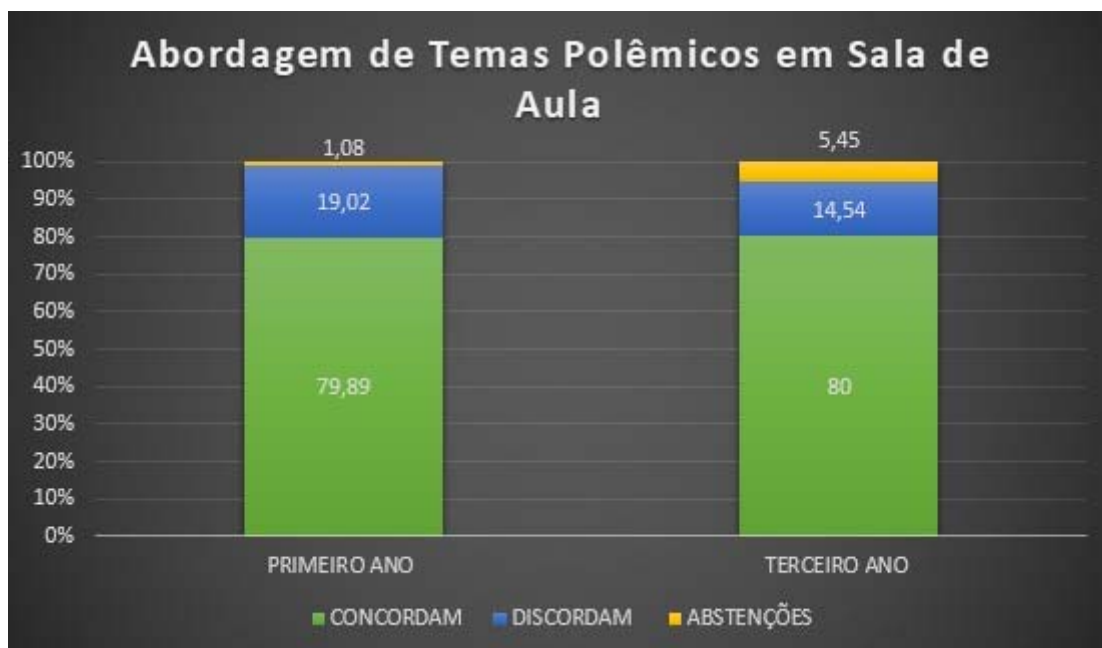


Figura 4: Percentagem de opiniões sobre abordar temas polêmicos em sala de aula. Gráfico elaborado por Sarah Eduarda Machado Oliveira.

Por fim, na questão “Você acha que o profissional de história é o mais gabaritado (capaz) para analisar e interpretar as transformações das sociedades humanas no passar do tempo?” os resultados também nos afastaram das hipóteses preliminares. Pensávamos que o estigma de “doutrinadores”, difundido por interesses políticos autoritários, levaria alguns estudantes a considerar que outros sujeitos, que não aqueles com formação acadêmica na área de história, estariam igualmente ou mais gabaritados para analisar e interpretar as transformações sociais no passar do tempo. Seria um possível efeito desses “guias politicamente incorretos” de história ou de youtubers com versões conspiracionistas e negacionistas sobre o passado, responsáveis por difundir suas “pós-verdades” nefastas em meio à juventude. Mas os alunos que responderam que o profissional de história não é “o mais gabaritado para analisar e interpretar as transformações das sociedades humanas no passar do tempo” justificaram sua resposta afirmando que outros profissionais da área de Humanidades como os da sociologia, filosofia e geografia também estariam capacitados a exercer esta função. Isto parece explicar o aumento de 11% dos que responderam “não” nas turmas de terceiro ano, quando os estudantes já tiveram contato com disciplinas como filosofia e sociologia. Apenas dois estudantes dos 294 que responderam aos questionários atribuíram a capacidade de analisar as transformações das sociedades humanas no decorrer do tempo a “qualquer um”, dando o exemplo de um youtuber sem formação acadêmica na área. Assim sendo, percebemos que é residual a descrença no profissional de história em

nosso campus, em que pese toda a vilanização pela qual passamos nos tempos recentes de aprofundamento dos discursos e práticas autoritárias e anti-intelectuais.



Figura 5: Percentagem de opiniões para avaliar o grau de autoridade do profissional de história no estudo das transformações humanas no decorrer do tempo. Gráfico elaborado por Sarah Eduarda Machado Oliveira.

7.2. Relação do corpo docente com a História

A última etapa deste trabalho consistiu em uma breve pesquisa junto ao corpo docente que ministra classes no nível médio, envolvendo tanto professores do eixo comum (disciplinas regulares do Ensino Médio), como das áreas técnicas. Esta foi a etapa cujos resultados foram os mais frágeis para a análise devido ao escopo muito reduzido. A dificuldade principal consistia em como analisar a relação das/dos docentes com a disciplina História e ao mesmo tempo garantir o anonimato na aplicação dos questionários, algo essencial para evitar constrangimentos e permitir assim maior liberdade de expressão aos participantes. Aliado ao reduzido tempo para execução deste trabalho e à participação de apenas uma bolsista no projeto, optamos pela elaboração de um questionário online. Tivemos dificuldades em mobilizar os professores para responderem estes questionários, uma vez que não há um canal direto de envio de correio eletrônico para todos os docentes do campus. Desta maneira, foi pedido às/aos chefes de departamentos que encaminhassem os questionários aos professores que integram suas respectivas unidades.

Ao final, obtivemos apenas 10 participantes distribuídos nas seguintes áreas/disciplinas: Biologia, Inglês, Língua Portuguesa, Química (Química ambiental,

tratamento de resíduos, química analítica teórica e prática), Matemática (dois professores), Disciplinas da área de Educação, Área Técnica em Exatas e Física. Destes, 8 possuem doutorado em suas áreas específicas e 2 são mestres. A metade são mulheres e a outra metade homens. Todos afirmaram que a disciplina História é essencial para a formação dos discentes do Ensino Médio Integrado, e apenas um concordaria se a disciplina se tornasse optativa. Todos consideram essencial que temas polêmicos como sexualidade, religião e política sejam tratados em sala de aula, ainda que na justificativa dois deles apontem preocupações acerca de como isto deve ser realizado: “Sem proselitismos mas com espaço para todas as vertentes serem apresentadas e discutidas sem restrição e censura” e “Desde que seja ministrada de forma reflexiva e não doutrinadora”. Nestas respostas, percebemos através do vocabulário empregado que há ressonância do estigma de “doutrinador” atribuído ao profissional de história pelo pensamento autoritário, mas não podemos afirmar de forma definitiva que esta preocupação implique em censura direta aos profissionais de história, uma vez que defendem a liberdade de expressão mesmo destacando a preocupação com o exercício do contraditório e, no caso da segunda resposta mencionada, percebe-se preocupação para com a maneira como esta liberdade seria exercida, o que em última análise pode implicar algum nível de controle.

No que diz respeito à autoridade do profissional de História na análise das transformações das sociedades humanas no decorrer do tempo, 8 responderam que o/a historiadora seria o profissional mais gabaritado valendo-se de argumentações como as seguintes: “Esta interpretação das transformações faz parte do conhecimento básico do curso de história. Nenhuma outra disciplina faz isso com o mesmo alicerce de conhecimento.” e “Porque é exatamente isso que professor de História/historiador é contratado para fazer.”. E, dentre os que responderam negativamente, há a mesma interpretação que apareceu em meio aos estudantes e que pode ser exemplificada na seguinte resposta: “Existem disciplinas que se complementam nesse caminho junto a disciplina história, como a geografia, literatura, e a filosofia.”

Vale ainda mencionar as respostas dadas por estes profissionais à pergunta “Você considera que a disciplina história pode contribuir para o ensino da(s) sua(s) disciplina(s)?”. Todas/os as/os participantes responderam afirmativamente a esta pergunta. Algumas das respostas merecem menção, tanto aquelas que apontam a importância da História em geral

uma vez que “É através da história que se compreende o presente” e “Conhecendo bem a história o aluno tem melhores condições de desenvolver um pensamento filosófico-crítico acerca da realidade.” até aquelas de profissionais das áreas técnicas e disciplinas de Ciências exatas que afirmam a importância da história para o estudo de seus conteúdos específicos: “(...) o contexto técnico/científico não está dissociado dos fatos históricos da sociedade.”, “A transformação do conhecimento e das tecnologias tem uma razão histórica.”, “Os conceitos matemáticos foram desenvolvidos ao longo da evolução humana e remontam aos primórdios da civilização”, “Situando o contexto social com o desenvolvimento científico da época em que os conceitos matemáticos foram desenvolvidos” e “A Física é uma ciência em constante evolução. Com isto, compreender os erros e acertos do passado e sua relação com o contexto político-cultural da sociedade torna o seu estudo e do seu desenvolvimento mais amplo e completo.”.

8. *Conclusões*

Profissionais de história e de outras áreas das humanidades vêm sofrendo grandes desafios recentemente no Brasil. Não bastando a desvalorização expressa em ações governamentais, suas reformas e legislação persecutória, somos alvos de ataques hostis e vulgares por parte das autoridades que deveriam, em tese, promover as condições necessárias ao bom exercício do trabalho de pesquisa e docência. O uso de redes sociais e as declarações públicas proferidas para desmerecer o trabalho docente, para debochar e macular a imagem de grandes intelectuais brasileiros, como é o caso dos ataques à memória e ao legado de Paulo Freire, evidenciam o caráter difamatório, autoritário, completamente avesso à pluralidade que se encontra em posse da máquina pública após as eleições presidenciais de 2018. O preconceito com relação à diversidade étnico-cultural, política e religiosa do país é propagado por ministros e pelo próprio presidente da república incessantemente. Esta situação dificulta o trabalho docente, especialmente na área de humanidades.

No entanto, os dados coletados em nosso campus revelam que a imensa maioria dos nossos discentes são contrários às ideias de censura defendidas pelo projeto “Escola Sem Partido”, assim como reconhecem e valorizam o ensino de história e de humanidades em geral como parte essencial da formação no Ensino Médio.

Por vezes temos a impressão de que as ideias autoritárias e de restrição da liberdade de expressão que afetam diretamente a produção e popularização do ensino histórico estão

amplamente disseminadas e abraçadas por uma parcela muito significativa da população. Os resultados da pesquisa desenvolvida contradizem esta impressão inicial, ao menos no que diz respeito ao contexto específico do Técnico Integrado ao Ensino Médio no Campus Goiânia do IFG.

Apesar de demandar maior aprofundamento dos estudos, especialmente no que diz respeito ao corpo docente, uma vez que a abrangência de profissionais que responderam o questionário foi muito reduzida, é possível apresentar algumas afirmações preliminares.

No que se refere aos estudantes, percebemos que mesmo os recém ingressos compartilham de uma visão positiva em relação à História e seus profissionais. Isto é um dado interessante e vale mencionar que, conforme nosso levantamento, em torno de 60% dos estudantes dos primeiros anos são oriundos da rede pública municipal ou estadual. É real que há aqueles que reproduzem estigmas sobre a disciplina e seus profissionais associando-os ao papel de doutrinadores, e, conseqüentemente, enganadores. Porém, é uma parcela muito reduzida dos participantes que apresentou esta opinião. Assim sendo, é possível concluir que, ao menos no que diz respeito aos discentes de nosso campus, é uma minoria realmente ínfima, ainda que possivelmente ruidosa, aquela que compartilha ativamente os valores do pensamento autoritário de perseguição à liberdade de cátedra e de supressão ou redução da disciplina nos currículos escolares do Ensino Médio como forma de combater a influência destes professores “doutrinadores”.

Uma possível explicação para isso seria a de que os que buscam nossa instituição para desenvolver seus estudos já possuam previamente uma perspectiva mais tolerante e afeita à uma educação mais crítica e livre. Outra hipótese plausível, mas de difícil comprovação, é de que, em que pese o crescimento político, por via eleitoral, de setores autoritários, anti-intelectuais e afeitos à censura, seus posicionamentos mais extremistas não encontram, de fato, amplo respaldo social. Um estudo de amplo espectro, abrangendo outras redes de ensino, seria necessário para avançar nesta reflexão, o que nos seria, logicamente, inexequível nesta pesquisa.

No que diz respeito aos docentes, os resultados ficaram comprometidos devido ao seu escopo reduzido. Desta forma não é possível afirmar que expressam a realidade concreta do campus Goiânia do IFG. Porém, ainda assim permite algumas importantes reflexões. É recorrente a rivalidade entre áreas do conhecimento e um preconceito mútuo disfarçado em

brincadeiras. No entanto, o que esta pequena pesquisa indica, é que, apesar dos entraves, há um reconhecimento da necessidade de diálogo entre as variadas áreas do conhecimento. Nós historiadoras/es e demais profissionais das Humanidades por vezes nos queixamos do pouco apreço atribuído ao nosso trabalho. Mas ao final de um ano de pesquisa de iniciação científica acerca do lugar do ensino de História em nossa instituição, o resultado a que chegamos serve, sem dúvidas, como alento. Constatamos que estudantes e professores de diferentes áreas possuem uma “fome” de história. E como afirma o historiador francês Jean Chesneaux “(...) essa ‘fome’ de história pode conter algo de visceral e primitivo, a busca de um refúgio contra o que vai mal, mas pode também significar uma vontade de luta, uma ligação ativa.” (CHESNEAUX, 1995, p. 23). Quiçá expresse anseios por mudança e conflua em práticas transformadoras que nos permitam avançar em meio a tanto retrocesso.

9. *Agradecimentos*

Agradeço a Sarah Eduarda Machado Oliveira pela aplicação dos questionários, pela organização dos mesmos e pela elaboração das tabelas e gráficos que foram utilizados neste artigo. Destaco ainda o afinco e a dedicação prestada ao trabalho de iniciação científica, que acabou se revelando mais intenso do que previsto originalmente. Agradeço também a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás por viabilizar esta pesquisa, o Laboratório de Ensino de História (LEHIS) do IFG por ceder o espaço físico para as reuniões e por arquivar o material produzido e a Plataforma Nilo Peçanha pela compilação e organização dos dados estatísticos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por fim, agradeço a todas/os participantes, estudantes e colegas, que se prontificaram a responder nossos questionários. Muito obrigada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 248.

ARRETCHE, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Unesp, 2015. 489.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2018. 328.

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF, fev. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html> Acesso em 10 de maio de 2018.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. In Teoria & Educação, vol. 2, nº 177, 1990.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. 200.

FERREIRA, Marieta de Moraes & FRANCO, Renato. *Desafios do Ensino de História*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 79-93.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 440.

MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf Acesso em 10 de maio de 2018.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 278.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; ABUD, Kátia (Orgs.). *50 anos de ditadura militar: capítulos sobre o ensino de história no Brasil*. Curitiba: W & A, 2014.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. *História e Informática*. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.